

A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3

Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3

Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Maria Alice Pinheiro

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P974	<p>A psicologia em suas diversas áreas de atuação 3 [recurso eletrônico] / Organizador Tallys Newton Fernandes de Matos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-118-3 DOI 10.22533/at.ed.183201706</p> <p>1. Psicologia. 2. Psicólogos. I. Matos, Tallys Newton Fernandes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 150</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Vivenciamos atualmente um período de fragilidade e deterioração biopsicossocial frente a um cenário de crise e pandemia, bem como o desgaste nos aspectos econômicos e políticos, que também alavancam outras características e segmentos da sociedade. As ciências, nesse aspecto, trabalham constantemente, através de suas diferentes áreas, para suprir demandas sociais em diferentes contextos, possibilitando, assim, intervenções adversas.

A busca incessante pela compreensão e identificação dos fenômenos que estão em processo de transformação e composição da realidade, coloca--nos em um paradigma filosófico e existencial sobre a verdade. Esta verdade, já questionada no passado pelos filósofos antigos, possibilita a construção do conhecimento e estrutura modelos de investigação posteriores, através de mecanismos de aprendizagem e ensino.

A psicologia, nesse contexto, ganha destaque por trabalhar uma diversidade de cenários em situações de fragilidade referentes ao desenvolvimento humano e a saúde mental, por intermédio de suas diferentes técnicas e instrumentos de atuação. Nessa perspectiva, a obra “A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3” aborda questões inerentes a infância, escola, terceira idade, contexto social, avaliação, transtornos, diagnóstico, intervenção, questionamentos ideológicos, saúde, literatura, inovação tecnológica e novas técnicas psicoterápicas.

A infância, neste aspecto, ganhou destaque por ser um período que estrutura a personalidade do sujeito através do desenvolvimento psicogenético, que vai do nascimento até a adolescência, período no qual o indivíduo está submetido à inserção na sociedade. É na infância que ocorrem o incremento das experiências, transmissão social e equilibração através do uso de códigos no universo das imagens e palavras guiadas pelos caminhos que preexistem no universo parental.

Por conseguinte, a escola ganha destaque por promover a universalização e bens culturais, criando condições para a aprendizagem e para o desenvolvimento humano de todos na sociedade através da educação e conhecimento.

Em associação com os dados anteriores está o desenvolvimento da adolescência e vida adulta, e, posteriormente, a terceira idade, que é um dado apresentado nesta obra. A terceira idade é a própria idade adulta avançada, período marcado pelas transformações biopsicossociais, complicações e influências que se dão de modo complexo. Torna-se necessário, então, desenvolver recursos para o bem estar e qualidade de vida, a fim de reduzir receios e inquietações, na busca por uma vida saudável.

Neste cenário, é importante um trabalho conjunto na construção de políticas públicas direcionadas a pluralidade cultural envolvendo atores sociais e culturais

com identificação étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de deficiências, dentre outros, para a centralidade de valores éticos na formação do sujeito.

Seguindo os eixos temáticos expostos na ordem cronológica da obra, temos os modelos de avaliação, diagnóstico e intervenção em psicopatologias e transtornos mentais. Destaca-se que, segundo a Organização Mundial de Saúde, há um aumento das doenças mentais no século XXI decorrente das novas demandas sociais e a realidade vivenciada hoje frente ao cenário atual, já mencionado anteriormente. A importância desse seguimento se dá pela saúde mental, pela qualidade de vida do sujeito em sua diversidade e ao seu contexto.

Destaca-se, também, a importância dos debates e dos questionamentos ideológicos como elemento fundamentador da democracia, como tratado nesta obra. Tais artefatos possibilitam a ressignificação de ideias na construção de um novo cenário de conhecimento e aprendizagem. Vale ressaltar que estes debates podem estar atrelados há um referencial teórico significativo, como, por exemplo, uma análise literária, também explorada no final da obra, esta que, além disso, propõe, ao seu final, novas técnicas e alternativas psicoterápicas, bem como inovação tecnológica em benefício da saúde e bem estar.

Vale ressaltar que, através do discurso anterior, a obra “A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3”, aborda os seguintes seguimentos: desenvolvimento humano, psicologia escolar, psicologia da saúde, psicologia social, psicologia clínica, psicopatologias, literatura, tecnologia e inovação.

Os tipos de estudos explorados nesta obra foram: estudo transversal, pesquisa descritiva, revisão sistemática de literatura, revisão de pares, revisão literária, entrevista semiestruturada, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, aplicação de questionários, reflexão histórico-cultural, análise documental, materialismo histórico-dialético, revisão integrativa da literatura, estudo de caso, diagnóstico institucional e dialético-simbólico.

Com isso, a obra “A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3” explora a diversidade e construção teórica na psicologia, através de estudos realizados em diferentes instituições de ensino no contexto nacional e internacional. Nesse âmbito, é relevante a divulgação e construção do conhecimento através da produção científica. Para tanto, a Atena Editora possui uma plataforma consolidada e confiável, sendo referência nacional e internacional, para que estes pesquisadores explorem e divulguem suas pesquisas.

Tallys Newton Fernandes de Matos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
APOIO SOCIAL EM GESTANTES DE ALTO RISCO	
Jamile Carneiro da Silva	
Fernanda Pasquoto de Souza	
Aline Groff Vivian	
DOI 10.22533/at.ed.1832017061	
CAPÍTULO 2	17
A DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NO PROCESSO ADOTIVO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Marjane Bernardy Souza	
Amanda Silveira Bach	
DOI 10.22533/at.ed.1832017062	
CAPÍTULO 3	32
THE ROLE OF FATHERS IN SUCCESSFUL CHILD DEVELOPMENT: A SUMMARY OF THE EMPIRICAL LITERATURE AND RESOURCES FOR MENTAL HEALTH AND SOCIAL PROFESSIONALS	
Cátia Magalhães	
Karol Kumpfer	
Margarida Gaspar de Matos	
Bruno Carraça	
DOI 10.22533/at.ed.1832017063	
CAPÍTULO 4	49
DOS PAPÉIS DO PSICÓLOGO JURÍDICO NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTOJUVENIL	
Macia Cristini de Almeida Bezerra	
Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello	
DOI 10.22533/at.ed.1832017064	
CAPÍTULO 5	64
MARCOS DO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NUMA VISÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA: CONHECENDO O TÍPICO PARA IDENTIFICAR O ATÍPICO	
Mariana Abreu da Silva Velho	
Fabrício Bruno Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.1832017065	
CAPÍTULO 6	75
O QUE AS CRIANÇAS PENSAM SOBRE AS REGRAS?	
Camila Lima Silva	
Priscila Bonato Galhardo	
Thais Sindice Fazenda Coelho	
Gabriel Rossi Calsoni	
Paulo Yoo Chul Choi	
Luciana Maria Caetano	
Betânia Alves Veiga Dell' Agli	
DOI 10.22533/at.ed.1832017066	
CAPÍTULO 7	86
TÉCNICAS DE AUTOMONITORAMENTO EMOCIONAL EM TERAPIA COGNITIVA COM CRIANÇAS	

CAPÍTULO 8	91
TRANSTORNO DE ANSIEDADE DE SEPARAÇÃO: INTERVENÇÕES EM TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL COM CRIANÇAS	
Antonia Kaliny Oliveira de Araújo Perpetua Thais de Lima Feitosa Quental Isabelle Cerqueira Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1832017068	
CAPÍTULO 9	104
ESTUDO DA ASSOCIAÇÃO ENTRE O DESFRALDE E O USO DO <i>EU</i>	
Anna Victória Pandjarjian Mekhitarian Moraes Rogerio Lerner Lia Queiroz do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.1832017069	
CAPÍTULO 10	125
LUDICIDADE E ESCOLARIZAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	
Vera Lucia Almeida Damiani Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.18320170610	
CAPÍTULO 11	132
ENVELHECIMENTO(S), QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR	
José Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.18320170611	
CAPÍTULO 12	145
OS CUIDADOS COM O CUIDADOR DE IDOSOS	
Giselda Viera Eggres Juliana Marques Fagundes Tres Katia Simone da Silva Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.18320170612	
CAPÍTULO 13	153
APONTAMENTOS SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM COMPARATIVO ENTRE MULHERES NEGRAS, BRANCAS E PARDAS	
Bárbara Fernanda Marinho de Freitas Letícia Fiuza Canal Bruna Mendes Ballen Sandro Caramaschi	
DOI 10.22533/at.ed.18320170613	
CAPÍTULO 14	164
ANÁLISE DOS COMPORTAMENTOS DE SUZANE VON RICHTHOFEN CARACTERÍSTICOS DO TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL	
Marcio Jorge Manoel Pinto Rafael Alves Cioca Rafael João Valentim Batista dos Santos	

CAPÍTULO 15	170
VIOLÊNCIA DE ESTADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS NARRATIVAS E MEMÓRIAS COLETIVAS DOS CRIMES DE MAIO DE 2006	
Ana Paula Stein de Oliveira Naiara Roberta Vicente de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.18320170615	
CAPÍTULO 16	183
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA E MANIFESTAÇÕES PSICOSSOMÁTICA DO <i>ESTRESSE</i> EM TRABALHADORES DA SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA	
Gabrielly Gomes dos Santos Karine Rebelatto Muniz Hygor Lobo Neto Camargo Lopes Iracema Gonzaga Moura de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.18320170616	
CAPÍTULO 17	197
O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO FRENTE AOS DISTÚRBIOS E TRANSTORNOS CAUSADOS PELA ANSIEDADE	
Vanieli Aparecida Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.18320170617	
CAPÍTULO 18	209
DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	
Tallys Newton Fernandes de Matos Ottorino Bonvini José Manuel Peixoto Caldas Ana Maria Fontenelle Catrib	
DOI 10.22533/at.ed.18320170618	
CAPÍTULO 19	222
AS DIFERENTES FACES DA ANSIEDADE: COMPREENSÕES A PARTIR DA ANÁLISE COMPORTAMENTAL	
Amanda Cybelle da Silva Amaral Amanda Moreira Bezerra Érica Alessandra Barbosa Silva Fagner da Silva Medeiros Giselle Bezerra dos Santos Araújo Luana Kelle Ferreira Pereira Giliane Cordeiro Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.18320170619	
CAPÍTULO 20	232
DEMANDAS POR MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS DISCUSSÕES AGRESSIVAS NO <i>FACEBOOK</i> DOS ALUNOS DE PSICOLOGIA	
Carmen dos Santos Godoy Ura Bruna Elisa Baroni Sandro Caramaschi JoseTadeu Acuna Marianne Ramos Feijó	

CAPÍTULO 21	245
RESTRIÇÃO DE FRUTOSE NA DIETA E A PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO RESISTIDO COMO ESTRATÉGIA PROMOTORA DA SAÚDE EM INDIVÍDUOS COM ESTEATOSE HEPÁTICA NÃO ALCOÓLICA	
Carolina Cristina de Freitas Raquel Alves dos Santos Marina Garcia Manochio-Pina	
DOI 10.22533/at.ed.18320170621	
CAPÍTULO 22	257
UMA ANÁLISE DA OBRA NIETZSCHIANA A PARTIR DA LÓGICA SIMBÓLICA DE MÁSRIO FERREIRA DOS SANTOS	
Tiago Teixeira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.18320170622	
CAPÍTULO 23	273
O USO DO SMARTPHONE ENQUANTO TECNOLOGIA MÓVEL NA APRENDIZAGEM À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO CRÍTICA	
Joaquim Ferreira da Cunha Neto	
DOI 10.22533/at.ed.18320170623	
CAPÍTULO 24	286
A TÉCNICA DE MINDFULLNES ALIADA A TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE RECAÍDAS EM PACIENTES COM IDEAÇÃO SUICIDA	
Felippe Henrique Nascimento Valdir de Aquino Lemos Fábio Guedes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.18320170624	
CAPÍTULO 25	311
A CROMOTERAPIA NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE	
Lais Amarante Carneiro Leão Mirian Jacoby Sabatke Carolina Dea Bruzamolín Carlos Roberto Botelho Filho João Armando Brancher Maurício Yanes Alves da Silva Marilisa Carneiro Leão Gabardo	
DOI 10.22533/at.ed.18320170625	
SOBRE O ORGANIZADOR	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

A DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NO PROCESSO ADOTIVO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Data de aceite: 05/06/2020

Data de Submissão: 16/03/2020

Marjane Bernardy Souza

Universidade Luterana do Brasil – Campus São Jerônimo
Santa Cruz do Sul – RS
<http://lattes.cnpq.br/0896509540185684>

Amanda Silveira Bach

Universidade Luterana do Brasil – Campus São Jerônimo
Charqueadas – RS
<http://lattes.cnpq.br/5686605387690036>

RESUMO: O presente estudo investiga os fatores que influenciam na devolução da criança adotada no período de convivência, durante o processo adotivo. Neste sentido propõe também, identificar às causas das desistências e averiguar o quanto a preparação recebida pelos pretendentes pode influenciar para o êxito da adoção. Para tal, foi realizada uma revisão sistemática de bibliografia sobre a temática abordada na base de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), coletando de trabalhos publicados entre os anos 2009 a 2019. Através dos critérios de inclusão foram localizados três trabalhos que

colaboram com este estudo, onde os resultados apontam para uma reflexão necessária sobre os argumentos que levaram os adotantes a essa decisão resultando no fracasso adotivo. É preciso analisar um conjunto de situações, não podendo-se pensar em apenas um motivo causador da devolução, levando em conta que nesses últimos anos o número de adoções no Brasil vem alcançado índices cada vez maiores, portanto é relevante perceber que as devoluções também podem acompanhar esse acréscimo, assim é preciso entender tais motivações para que haja uma prevenção para futuros casos.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção; Devolução; Crianças.

THE RETURN OF CHILDREN IN ADOPTIVE PROCESS: A LITERATURE REVIEW.

ABSTRACT: This study investigates the factors that influence the return of the adopted child in the coexistence period, during the adoptive process and identifies the causes of dropouts ascertaining how much the preparation received by claimants can influence a successful adoption. To this end, a systematic literature review was conducted about the subject addressed in the Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS) database, collecting works

published between 2009 and 2019. By the inclusion criteria, were located three works that collaborate with this study. The results point to a necessary reflection on the arguments that led the adopters to this decision, resulting in an adoptive failure. It is necessary to examine a set of situations, instead of only one cause of return. In recent years, the number of adoptions in Brazil has been reaching higher and higher rates, so, it is relevant to realize that returns can also follow this increase and it is necessary to understand such motivations so that there is prevention in future cases.

KEYWORDS: Adoption, Dropouts, Child.

1 | INTRODUÇÃO

Conforme a sociedade foi evoluindo, a adoção foi sofrendo mudanças de conceitos ao longo dos anos. Vargas (2013) aponta aspectos da adoção que a diferenciavam do atual conceito, pois em época passadas a adoção era vista de forma que procurasse garantir a descendência dos casais que não tinham filhos. Atualmente destaca-se que adoção é o recurso utilizado para assegurar os direitos da criança abandonada, possibilitando uma nova família para a criança que não tem.

Tendo em vista que atualmente o processo de adoção é mais divulgado e possui maior número de informações acerca das etapas necessárias, é importante esclarecer e acabar com os mitos sobre ela. A maioria das adoções no Brasil são bem sucedidas, porém, nem sempre isso acontece e deve-se levar em consideração esses casos que culminam em uma devolução. Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção, 955 adoções foram realizadas no ano de 2015, enquanto no ano de 2018, 2.184 crianças foram adotadas no Brasil. Nos últimos tempos o cadastro tem facilitado a comunicação para agilizar as adoções, o que tem gerado aumento das mesmas em todo o país. A partir desses dados é importante perceber que à medida que as adoções aumentam o número de devoluções também podem acompanhar esse acréscimo, sendo relevante que esses casos sejam estudados, para que se encontre um meio de prevenção, evitando assim que um segundo abandono aconteça.

Neste sentido, o presente estudo procura entender os fatores que influenciam na devolução da criança adotada no período de convivência, durante o processo de adoção. Mais especificamente, pretendeu-se identificar as causas das desistências, investigar o quanto a preparação recebida pelos pretendentes pode influenciar para o êxito da adoção e por fim, averiguar a dificuldade de filiação e adaptação para os adotantes.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceitos de adoção

Nos primórdios a adoção que foi criada pelos romanos era concebida de forma a atender três objetivos principais: escolher um sucessor para a família, dar descendentes a quem não tinha e elevar uma pessoa a um status superior. Não se falava nessa época em proteção às crianças e adolescentes, sendo que a família era autoridade do pai que tinha direito da vida e morte dos filhos (WEBER, 2003).

Na idade média com a interferência da igreja, foram criadas as rodas dos enjeitados cujo objetivo era efetuar o abandono anônimo de bebês, e para que não abandonassem os filhos em qualquer lugar podia entregá-los nessas rodas que ficavam nas igrejas e assim reduzir o infanticídio. Entretanto a igreja não aprovava as adoções por receio de facilitar a regularização de filhos adulterinos, sendo assim nesta época a adoção era desaprovada. Durante esses períodos antigos o que predominava eram os privilégios dos filhos biológicos e nunca os adotivos, a distinção era perceptível (WEBER, 2003).

Nos últimos 100 anos a adoção teve sua legislação alterada, pelo Código Civil de 1906 a filiação adotiva era revogável e designada como uma relação de parentesco sem romper com a família consanguínea (Osório e Valle, 2009, apud Gueiros 2007). A medida que a sociedade foi evoluindo, a adoção foi sofrendo ao longo dos anos mudanças de conceitos. Filhos adotivos não tinham os mesmos direitos que os biológicos e muitas vezes a criança adotada estava associada a mão de obra doméstica.

Com a criação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o ato de adotar trazia novos direitos e deveres, focando no melhor para o interesse da criança e adolescente, acabando com a discriminação entre filhos biológicos e adotados (KONS, 2015). Até a criação do ECA, muitas crianças e adolescentes eram adotados ilegalmente, e os pais não revelavam o segredo da adoção para eles, ou o faziam tardiamente não abordando o assunto desde o início. As famílias adotivas não tinham informações a respeito da origem das crianças, que chegavam clandestinamente ou eram filhos que não poderiam ser reconhecidos (OSÓRIO e VALLE, 2009).

Com a nova Lei, em 2009 (Lei nº 12.010/09) mudanças significativas ocorreram no âmbito da adoção. As principais delas dizem respeito a criação do Cadastro Nacional de Adoção, que visou reunir dados de pretendentes e de crianças e adolescentes aptos para serem adotados não permitindo mais a adoção “Intuitus personae” onde segundo Moraes (2011) é também chamada de “adoção pronta” que refere-se aquele tipo de adoção onde a criança é entregue pela família natural

diretamente para os interessados em adotar. Nesse caso a mãe biológica manifesta o interesse em entregar a criança a pessoa conhecida, sem que essa conste no Cadastro Nacional de Adoção. Atentou-se a preparação psicológica através de cursos preparatórios visando promover a adoção daqueles que não são a maioria preferida, como adoção tardia.

De acordo com Oliveira (2017) na contemporaneidade discute-se muito o direito das crianças institucionalizadas, e a importância de inseri-las em uma família. Diferente da atual conjuntura, anteriormente debatia-se a respeito dos direitos dos adotantes em relação à família, essa realidade só começou a ser modificada a partir da Constituição Federal de 1988 onde a criança tornava-se titular do direito à convivência familiar. E somente em 2009 instaura-se o direito de crianças e adolescentes quanto a serem ouvidas e quando pertinente terem suas opiniões avaliadas em relação ao processo adotivo.

A criança ou adolescente precisará até completar a maioridade, de proteção de um responsável de acordo com o ECA. Puccinelli (2014) destaca que a adoção é vista como última medida a ser tomada, somente quando todas as alternativas mediante a manutenção da família de origem forem esgotadas. Sendo assim, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) o acolhimento institucional é uma das medidas de proteção previstas na constituição, e ocorrerá com crianças que tenham seus direitos violados ou ameaçados. O acolhimento de crianças e adolescentes deverá ser provisório até que o retorno da mesma família de origem seja possível. Caso não haja o retorno será feita colocação em família substituta que acontecerá mediante guarda, tutela ou adoção.

As famílias vivenciam situações desafiadoras ao longo de seu curso, Walsh (2016) ressalta que as famílias adotivas ainda precisam enfrentar os aspectos adicionais da própria adoção. É preciso encarar o fato de que toda criança adotada possui duas famílias, no entanto isto não pode ser considerado como uma deficiência e sim como peculiaridades que tornam mais complexas as relações familiares. Segundo Oliveira (2017), a adoção não é apenas a inserção da criança na vida de uma família mas essencialmente a inclusão de muitas pessoas na vida da mesma, formando uma nova base familiar, levando em consideração que a criança possivelmente possui um histórico de vida sofrida, sendo marcada por rompimentos.

2.2 Preparação para a adoção

Durante o processo de adoção é realizada uma avaliação psicossocial, feita através de entrevistas executadas pelas equipes técnicas da Vara da Infância e da Juventude. Essa preparação que antecede a adoção está prevista em lei desde 2009, na Lei 12.010/09 no art. 50, conforme elucidado abaixo:

§ 3º A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

O propósito das entrevistas é averiguar as reais motivações e expectativas dos adotantes. Através dessa análise, os psicólogos assistentes sociais e toda equipe que participa deste procedimento podem verificar se os adotantes têm ou não condições de efetivar o processo. Se estiverem capacitados eles passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Adoção. Por meio desse cadastro é permitido a aproximação entre as partes - pretendente e crianças, que estão disponíveis à adoção, visando diminuir o tempo de acolhimento institucional dessas crianças e adolescentes (OLIVEIRA, 2017).

Os adotantes precisam participar de um curso preparatório com carga horária de dez horas. Kons (2015) atenta para o fato de ter como intuito preparar os futuros pais para os próximos passos. Espera-se conseguir ter a troca de experiências com quem já passou pelo processo, e quaisquer esclarecimentos que eles precisem para que estejam totalmente informados. Após todos esses procedimentos pode-se promover o primeiro contato dos pretendentes com a criança.

A Psicologia possui os instrumentos para fazer a prevenção no que diz respeito a preparação dos candidatos habilitados para adoção, a autora ressalta que para isso deve-se fornecer uma preparação mais qualificada visto que o que pode ser percebido é uma falta de sistematização. Na paternidade adotiva a construção do afeto se dá da mesma forma da paternidade biológica, porém com suas próprias particularidades que devem ser respeitadas e por isso a importância da preparação que englobe aspectos como cursos, reuniões de apoio e palestras (WEBER, 2003).

O processo de adoção pode trazer problemas relacionados ao estresse, angústia e ansiedade para a família, podendo trazer consequências emocionais e comportamentais que podem prejudicar seu seguimento. Vargas (2013) evidencia que para evitar que se instale crises durante esse período é essencial que as famílias recebam atendimento adequado, podendo evitar implicações maiores e necessidade de intervenções terapêuticas futuramente.

Quando criança e família recebem preparação, isso torna-se um facilitador nas questões relacionadas aos desafios que o processo adotivo vai apresentar. Levando em conta os vínculos que serão formados, e o fato de ambas as partes estarem envolvidas emocionalmente a falta de preparo pode ampliar os conflitos e desestruturar o convívio familiar levando ao insucesso da adoção (FALEIRO & MORAES, 2014).

Sobre o preparo dos pretendentes, Sequeira (2014) refere que vários aspectos precisam ser levados em conta, como psicossociais, culturais e educativos. O intuito

dos grupos de apoio à adoção, é oportunizar reflexões sobre as motivações que levam a mesma, podendo criar um espaço para expor a temática da parentalidade. A experiência que os grupos de apoio proporcionam podem auxiliar os pretendentes à adoção a trabalhar sentimentos e emoções que surgem durante o processo e até mesmo no momento da tomada de decisão de adotar ou não. Trazem vivências e trocas com outras pessoas que estão vivendo a mesma situação, esse momento de encontro também serve para desmistificar e quebrar tabus, além de reconsiderar preconceitos, o que propicia uma reflexão acerca do perfil de criança que pretende adotar.

Esses grupos de apoio segundo Oliveira (2017), pretendem oportunizar a aproximação entre todas as vertentes da adoção, os pretendentes, os pais em estágio de convivência e profissionais. Visando debater e elaborar aspectos relacionados à adoção, ali são abordadas temáticas essenciais relativas ao processo adotivo, a propagação de informações sobre a cultura da adoção e principalmente a troca de experiências entre os integrantes do grupo. Participar desses grupos afasta a ideia que o candidato é a única pessoa a passar pelos momentos de espera e angústia, e depois da adoção estabelecida os pais que continuam frequentando os grupos também compartilham suas dificuldades e diminuem a sensação de estarem sozinhos neste momento. Isso vai gerar melhora na autoestima e redução de estigmas relacionados às crianças e adolescentes que estão na fila e também aqueles que já foram adotados. O autor também enfatiza que há ampliação do repertório de significações sobre adoção e filiação (SEQUEIRA, 2014).

2.3 Estágio de convivência e devolução

O estágio de convivência é caracterizado por Vargas (2013) por ser um período de intensa instabilidade, necessitando de um trabalho de acompanhamento à família. Essa assistência não deveria se limitar somente ao período de estágio onde ocorrem as adaptações, mas sim ser um suporte contínuo que supra as dificuldades enfrentadas pelas famílias ao longo do tempo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) no artigo 46 diz que “a adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso”. O parágrafo quatro salienta que deverá ocorrer acompanhamento pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, contando com apoio dos técnicos responsáveis.

É importante destacar, de acordo com Paiva (2008), que no momento de entrega da criança para os pais adotivos, o juiz concede o termo de guarda e responsabilidade provisório, além de determinar o estudo psicossocial dos adotantes. É o próprio juiz que estipula a duração do estágio de convivência e pode

dispensar o acompanhamento se a criança possuir menos de um ano de idade ou se o mesmo conviver há bastante tempo com os adotantes.

O intuito do estágio de convivência é proporcionar a adaptação da criança ao novo lar e também permitir que os adotantes vivenciem seus novos papéis parentais. O processo adotivo enfrenta desafios constantes no que diz respeito a adaptação da criança a um novo ambiente familiar, e conseqüentemente também ocorre a adaptação da família a uma criança que já está passando por processos evolutivos, desenvolvendo a cognição, linguagem e personalidade (WALSH, 2016).

Segundo Osório e Valle (2009) o fracasso adotivo ocorre quando os adotantes que detêm a guarda da criança com vistas a adoção não sentem-se seguros para construir a relação parental, e determinam que a melhor decisão é devolvê-la à justiça. Apesar de a adoção ser definitiva a devolução pode ocorrer durante o estágio de convivência. Visto que a adoção é uma medida irrevogável e irreatável não se pode falar em devolução após ser concedida a sentença definitiva, a partir deste momento quaisquer fracassos e restituições são considerados abandono ou destituição do poder familiar (VARGAS, 2013).

Não é possível fazer um levantamento quanto ao número de devoluções exatas, pois conforme Osório e Valle (2009) como ainda não houve a sentença definitiva de adoção, o caso fica registrado como um período de convivência não concluído. Nas situações em que a criança já foi adotada e a sentença já foi concedida fala-se em abandono, não sendo considerada devolução.

Os adotantes tendem a idealizar as crianças, criando uma imagem de filhos perfeitos sendo incentivados por essas imagens irreais durante o processo de adoção. É estabelecido a partir deste ponto um modelo de criança que precisa corresponder às expectativas utópicas dos pais. Este é um marco que pode acabar gerando grande frustração, e pode ser um fator decisivo na devolução dos adotados, quando o desejo do filho não corresponde à realidade (OLIVEIRA, 2017).

Quando ocorre a falta de preparo, as ocasiões de conflito e estresse que irão surgir podem desestabilizar esses momentos iniciais do convívio familiar, podendo acarretar no fracasso da adoção. Busca-se averiguar esses casos em que ocorrem a devolução, e o auxílio que técnicos especializados podem promover para pensar estratégias de atendimento às famílias adotivas, é significativo que ocorra esse apoio para que se reduza os danos das histórias de abandono. Sendo assim, quando a devolução é feita psicólogos e assistentes sociais precisam analisar cada caso em particular e mensurar estratégias para que se consiga aperfeiçoar o processo adotivo como um todo (FALEIROS & MORAES, 2014).

Quando fala-se em devolução Weber (2003), destaca que juridicamente existe o consentimento de que há irrevogabilidade da adoção, mas é preciso considerar os casos que desmentem a lei e desafiam os profissionais. Entende-se que crianças

e adolescentes que vivenciam o abandono no processo de devolução fazem parte de um sistema de desproteção social. Goes (2014) compreende que é preciso ponderar sobre situações de devolução e o quanto isso vai impactar seus aspectos emocionais, formação de identidade, suas futuras relações interpessoais e com o mundo. Entende-se que nem sempre consegue-se evitar a devolução e em alguns casos é perceptível que foi a melhor decisão a ser tomada em prol do menor. Sempre busca-se causar o menor impacto possível sobre a vida da criança e adolescente.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa foi de natureza descritiva, segundo Gil (2002) tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Como metodologia utilizou-se uma revisão sistemática, que de acordo com Koller, Couto e Hohendorff (2014), equivale a um levantamento de estudos já publicados a partir de um tema específico com o objetivo de buscar respostas a determinadas questões. Este método permitiu maximizar o potencial de busca, possibilitando encontrar o maior número possível de resultados de forma sistematizada.

Com o objetivo de facilitar e organizar esse processo metodológico foram seguidos os oito passos descritos pelos autores citados, sendo estes: delimitação da questão a ser pesquisada; escolha das fontes de dados; eleição das palavras-chave para a busca; busca e armazenamento dos resultados; seleção de artigos pelo resumo; extração dos dados dos artigos selecionados; avaliação dos artigos e síntese e interpretação dos dados.

A primeira etapa consistiu em delimitar a questão que seria pesquisada, foi feita através do problema que baseava-se nos fatores que influenciam a devolução de crianças adotadas no período de convivência.

A presente pesquisa objetivou mapear a produção científica acerca do tema escolhido. Como escolha das fontes de dados, o procedimento empregado foi acessar o material através da base de dados eletrônicos e de acesso aberto Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram explorados artigos científicos e dissertações de mestrados, dos anos de 2009 até 2019, apenas no idioma português.

Outro passo empregado foi a eleição das palavras-chave, para a busca dos artigos científicos e dissertações de mestrado, os termos empregados foram: Adoção, Devolução e Crianças.

Utilizando apenas essa combinação de palavras chave foram encontrados 11 trabalhos na busca, dessa filtragem os artigos foram tabelados de forma sistemática para que então os resumos fossem lidos e submetidos aos seguintes critérios de inclusão: (1) publicações online e disponíveis na íntegra com dados empíricos,

(2) publicações sobre desistência no processo adotivo, (3) sobre a dificuldade de filiação e adaptação para os adotantes. Desses, foram excluídos os artigos que fossem repetidos, restando assim 9 artigos a serem analisados. Esses estudos restantes foram tabelados usando o programa Microsoft Excel, utilizando os dados gerais de cada artigo, nome, ano de publicação e em quais critérios de inclusão se encaixaram.

Logo após essa nova análise, mais 6 artigos foram excluídos: um por não atender a nenhum dos três critérios descritos; três por não atenderem aos critérios (1) e (3); um por não atender aos critérios (1) e (2); e um por não atender ao critério (2). Restaram assim, três artigos que atenderam todos os critérios estabelecidos aos resumos. Em seguida, esses três artigos foram lidos na íntegra.

Para a avaliação dos artigos e interpretação dos dados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, onde segundo Bardin (2011) os estudos passaram pelas etapas de organização e descrição dos dados e conteúdos brutos; redução dos dados e interpretação dos dados pelas categorias teóricas de análise.

Para tal análise se presume três fases, a primeira chamada de pré análise onde foi realizada a organização, a leitura “flutuante”, isto é, um primeiro contato com as publicações que foram submetidas à análise, conhecendo o material e criando familiaridade com ele.

Na segunda fase, exploração do material, consistiu em uma categorização, que permitiram agrupar o maior número de informações, visando uma esquematização a fim de correlacionar as categorias e ordená-las. A última fase é o tratamento dos resultados, em que através dos resultados brutos conseguiu-se transformá-los em resultados significativos e válidos. Fez-se relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, dando significado à interpretação (BARDIN, 2011).

Ao final, a síntese e interpretação foram à última etapa a ser seguida, onde ocorreu a ordenação dos dados, podendo interpretar todos os dados obtidos através da correlação com a fundamentação teórica, ao qual visou responder às questões norteadoras da pesquisa, iniciando a análise e discussão.

4 | RESULTADOS

A seguir, a descrição dos três trabalhos utilizados para este estudo. O primeiro: “Família é muito sofrimento”: um estudo de casos de “devolução” de crianças, publicado no ano de 2009, realizado através de uma pesquisa documental, escrito por: Lidia Levy, Patrícia Glycerio R Pinho, Marcia Moscon de Faria.

O segundo estudo: Desafios na clínica da adoção: devolução de crianças, publicado no ano de 2018, realizado através de um estudo de caso, escrito por:

Sheila Speck, Edilene Freire de Queiroz, Patrick Martin-Mattera.

O terceiro trabalho foi: Resignificando o processo de adoção: encontros e desencontros, uma dissertação de mestrado apresentado à Universidade Católica de Brasília, no ano de 2011, com autoria de: Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza Moraes.

A partir de uma análise mais aprofundada foi possível identificar as temáticas para a discussão, que são: as motivações que levam a devolução e a preparação recebida pelos adotantes, conforme demonstra a tabela 1.

Artigo	Identificação	Motivos	Preparação Recebida
01	5 meninas com idades entre 3 e 9 anos. 5 meninos com idades entre 0 e 10 anos.	- Comportamento da criança; -Problemas no relacionamento com a criança.	Em metade dos casos os requerentes passaram por processo de habilitação. A outra metade não passou por habilitação.
02	Menino, 5 anos e 9 meses.	A rejeição da criança em aceitar a requerente como sua mãe”.	Não há menção, mas o casal requerente estava no cadastro nacional de adoção.
03	Caso 1- Menina, 11 anos. Caso 2- Menina, 18 anos.	- Os problemas decorrentes da adolescência; - uso de drogas em um dos casos.	Nos 2 casos em que houve devoluções as famílias não estavam habilitadas. Nos 2 casos de adoção positiva passaram pela preparação e trâmites legais.

Tabela 1 - Artigos incluídos para discussão

5 | DISCUSSÃO

A partir da busca no banco de dados escolhido, três estudos cumpriram os critérios estabelecidos e contribuíram para a presente revisão. Dois deles referem-se a um estudo de caso, o primeiro de um menino de 5 anos que foi devolvido após 15 dias no estágio de convivência e o outro diz respeito a quatro casos, onde dois deles culminaram em devolução e dois efetivaram o processo adotivo. O estudo restante realizou uma pesquisa documental onde foram analisados dez processos de adoção que resultaram em desistência.

5.1 Preparação recebida dos requerentes

Quando inicia-se o processo adotivo os requerentes devem passar por uma avaliação psicossocial que está prevista em lei desde 2009, na Lei 12.010/09 no art. 50. Entretanto, algumas adoções que fizeram parte dos estudos foram realizadas antes da aprovação da lei, viabilizando algumas adoções *intuitus personae*. A adoção *intuitus personae* que ocorreu em alguns casos estudados, acontece quando a mãe biológica manifesta o interesse em entregar a criança a uma pessoa conhecida, sem que esta conste no Cadastro Nacional de Adoção. Com a aprovação da Lei 12.010/09, o art.50 §13, não permite mais esse tipo de adoção, sendo uma medida ilegal porque este ato é realizado sem passar pelos processos estabelecidos por lei, não atendendo a regra de habilitação prévia exigida.

O primeiro artigo verificou que dos dez casos pesquisados em metade deles (50%) os requerentes passaram de pelo processo de habilitação, enquanto a outra metade não passou por nenhum tipo de habilitação. Desses, quatro eram guardiões dos adotados e uma era madrinha de batismo da criança. Aqui verifica-se a relevância de passar pelo cadastro e posteriormente pelo estágio de convivência, tendo em vista que dos dez casos em que houve devolução cinco deles não passaram por nenhum tipo de habilitação para tal, e para Goes (2014) é uma etapa essencial para que aconteça de forma gradual a consolidação da filiação, é durante essa etapa que os requerentes precisam estar seguros sobre a decisão a ser tomada, levando em conta o quanto sua estrutura familiar irá mudar.

O segundo artigo não faz menção de preparação recebida, apenas consta que o casal requerente estava no cadastro e, por conseguinte passou pelos trâmites legais e toda preparação psicossocial exigida.

No terceiro estudo, nos dois casos de adoção bem sucedida os adotantes passaram pela preparação e procedimentos legais, enquanto que nos outros dois casos em que houve devoluções as famílias não estavam habilitadas, era adoção com caráter *intuitus personae*.

Os adotados participantes dos estudos aqui destacados não passaram por nenhum tipo de preparação para serem adotados, nessa perspectiva entende-se que assim como é obrigatório os requerentes estarem habilitados, os filhos também deveriam receber um olhar atento para essas questões. A falta de preparo de ambas as partes pode fazer com que os momentos de incompatibilidade levem a uma desestabilização no convívio, fazendo com que o vínculo que estava sendo construído não seja suficiente para impedir uma devolução. Weber (2003) entende que uma das principais adversidades no que diz respeito à adoção é ter a convicção de que foi feita uma boa seleção e escolha dos futuros pais, resultando em um posterior sucesso ou fracasso na adoção. Onde há um iminente fracasso, há o

perigo de uma futura devolução da criança após a relação parental “não ter dado certo”.

5.2 Causas das desistências

No primeiro estudo analisado, o comportamento da criança foi o motivo da devolução segundo os requerentes em 60% dos casos, enquanto problemas no relacionamento com a criança foi 40% dos casos. Ainda que em cada situação se tenha motivações específicas e individuais, em todas elas se encontra uma objetificação da criança, deixando de ser um sujeito e passando a ser um produto que pode ser descartável. Entende-se que o tempo em que passam com a família adotiva não tem influência absoluta na devolução, pois o tempo varia de 10 dias até 15 anos de convivência, sendo que os motivos apresentados pelos adotantes para essa devolução apontam em uma mesma direção, na dificuldade em formar laços de filiação.

Essas crianças não corresponderam a um modelo de relação que os pais idealizaram, e constata-se que todos os motivos apresentados pelos requerentes eram comportamentos esperados para crianças nas suas faixas etárias, vindas de acolhimento institucional e tendo históricos de abandono. É primordial por parte dos adotantes um entendimento de que o processo adotivo não é finalizado quando se faz a entrega da nova certidão de nascimento da criança ou adolescente, ela ocorre diariamente, se confirmando através de cada nova experiência que a família vai percorrer, passando por descobertas, medos, anseios e particularidades que adotantes e adotados terão de enfrentar (OLIVEIRA, 2017).

É consenso entre os autores discutidos, que na maioria dos casos os adotantes atribuem a culpa da devolução as crianças e adolescentes. Eles buscam se justificar declarando dificuldades no relacionamento, acentuando os aspectos negativos e obstáculos encontrados, chegando com um discurso de que “fizeram o possível”, anunciando assim a vontade de interromper o processo adotivo. Mesmo aqueles adotantes que passaram pela preparação exigida encontram desafios referentes à diferença do filho ideal para o filho real, como ocorreu em outro caso, onde a motivação que consta nos autos foi a rejeição da criança em aceitar a requerente como mãe, não sendo a reação esperada por essa mãe no momento do encontro com o filho e não conseguindo lidar com essas barreiras que surgiram no início da convivência entre ambos. Segundo os adotantes, a situação desencadeou um quadro depressivo na mãe, resultando na interrupção do estágio de convivência. A mãe sentia uma sensação de vulnerabilidade, onde ela relatava que teve um histórico de abandono e não conseguiu lidar com essa nova vivência. Desse modo, Oliveira (2017) saliente que os adotantes necessitam estarem bem resolvidos quanto a motivação interna de cada um, é importante que o motivo não esteja associado a

alguma solução de conflito interno ou a “atos de caridade”.

O terceiro estudo menciona dois casos, o primeiro de uma menina de 11 anos, que segundo relato da adotante mentia, roubava e fazia ameaças, sendo essas as principais razões que levaram a devolução. Em todo o discurso da adotante e da criança observa-se a dificuldade de estabelecer o vínculo de filiação, compreendendo assim que ele não foi concretizado. A requerente demonstra a dificuldade em reconhecer a criança como um membro da família. O maior impedimento para o sucesso da adoção foi a percepção de que mãe e filha não estavam preparadas para iniciar o estágio de convivência, a adotante não tinha compreensão dos motivos que a levaram a adotar e a criança não elaborou os abandonos sofridos anteriormente.

Nesse mesmo estudo o outro caso explorado foi de uma adolescente de 18 anos, que segundo a adotante a rebeldia na adolescência e o uso de drogas foram os fatores desencadeantes para a desistência da adoção. Cabe ressaltar que essa adotante tinha na época da pesquisa 71 anos e era mãe adotiva legalmente de 17 outras crianças, mas residiam com ela apenas dois deles. Durante os 15 anos de convivência com a filha, a adotante não efetivou o processo de adoção dela, mencionou ter como documento legal apenas a guarda. Essa situação onde não definiu-se o processo legal da menina, pode ter sido um dos fatores que gerou nela sentimentos de insegurança durante o período da adolescência, trazendo como consequência comportamentos que a adotante julgava como impossíveis de lidar recorrendo a uma desistência, cortando o vínculo com a menina.

De modo geral, entre os principais desafios para o êxito da adoção se dá a dificuldade em inserir a criança ou adolescente na nova rede familiar. Observa-se que é necessário essa introdução do filho em uma nova história, onde ela precisa se sentir como parte integrante da família. Entretanto para chegar nesse nível os pretendentes a adoção necessitam avaliar as expectativas que estão depositando nesse filho que irá chegar, levando em consideração que ele terá limitações e falhas.

6 | CONCLUSÃO

A devolução no processo adotivo ainda é um assunto tabu em nossa sociedade. Na busca por materiais foi possível perceber o quanto ainda precisa ser explorado e sistematizado esses dados que muitas vezes se perdem, sendo difícil fazer um levantamento de dados que englobe todo o país. A partir dos anos 2000 com as novas mudanças de leis está sendo possível ter um olhar mais atento sobre esses assuntos relativos ao processo adotivo, mas a falta de material disponível para essa temática ainda é um desafio a ser superado.

Um ponto de importante destaque, é que as novas famílias que irão se formar

a partir do processo adotivo, precisarão de serviços públicos a fim de auxiliá-los nas dificuldades que aparecerem no caminho. O que se tem normalmente é um serviço que é prestado somente enquanto o processo está em andamento e após a conclusão do mesmo, as famílias se sentirem necessidade precisam procurar serviços particulares. A preparação psicossocial que ocorre com os pretendentes a adoção também deveria sofrer ajustes, pois ela é feita somente no início dos trâmites legais, sendo observado uma carência assistencial enquanto o processo está em andamento e os pais enfrentam os primeiros desafios.

No momento em que uma adoção termina em devolução devemos refletir sobre os argumentos que levaram os adotantes a essa decisão. Evidentemente não pode-se pensar em apenas um fator que levou a tal decisão, resultando no fracasso adotivo, é preciso analisar um conjunto de situações. O objetivo não é apontar um culpado, mas sim entender os motivos que estavam presentes nesses casos, e estudá-los de modo a fazer uma prevenção para os futuros casos que virão.

Analisando essa temática da adoção foi possível perceber o quão importante é passar pelo processo de habilitação para adotar uma criança ou adolescente, oportunizando reflexões e atitudes conscientes a respeito da nova responsabilidade dessa família que está sendo criada.

Ao longo da investigação identificou-se um pensamento de que se os pais não se adaptarem à rotina ou até mesmo os filhos não corresponderem ao perfil idealizado, podem desistir da adoção, tendo em vista que ela é irrevogável apenas após a sentença do Juiz. Assim, essas concepções sugerem estudos futuros referentes as possíveis implicações e responsabilização dos adotantes que optarem pela devolução, sendo que este tópico não foi foco do presente estudo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 10/04/2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastro Nacional de Adoção**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 03/09/2019.

FALEIROS, V. P; MORAES, P. J. F. S. **Desafios e possibilidades na adoção**. Serv. Soc.& Saúde, Campinas, SP, v 13, n 1 (17) p. 29-46 jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/download/8634913/3357>. Acesso em: 12/08/2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOES, A. E. D. **Criança não é brinquedo! A devolução de crianças e adolescentes em processos adotivos**. (Syn) thesis, 7(1), 85-93. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/17350>. Acesso em: 16/09/2019.

KOLLER, S. H; COUTO, M. C; HOHENDORFF, J. V. **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014

KONS, S. B. **O processo de adoção em questão**: elementos sobre o acompanhamento multiprofissional de crianças e adolescentes. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/156631>. Acesso em: 28/08/2019.

LEI nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasil, 1990.

LEI nº 12.010. **Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasil, 2009.

MORAES, P. J. **Ressignificando o processo de adoção**: encontros e desencontros. Dissertação de Mestrado - Universidade Católica de Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1775/1/Patricia%20Jakeliny%20Ferreira%20de%20Souza%20Moraes.pdf> Acesso em: 05/08/2019.

OLIVEIRA, H. F. **Adoção**: aspectos jurídicos, práticos e efetivos. 2 ed. Leme/SP: Mundo Jurídico, 2017.

OSÓRIO, L. C; VALLE, M. E. P. (org). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PUCCINELLI, M. M B. **O insucesso na adoção**: Aspectos psicológicos e efeitos jurídicos de um novo abandono. Rio Grande, 2014. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/7363> Acesso em: 05/08/2019.

SEQUEIRA, V. C. **Preparação para a adoção**: grupo de apoio para candidatos. Revista Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, jan-abril 2014.

VARGAS, M. M. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

WEBER, L. N. D. **Aspectos Psicológicos da adoção**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003.

WALSH, F. **Processos normativos da família**: diversidade e complexidade. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso Sexual 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Adoção 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31

Análise do Comportamento 224, 225, 226, 230

Ansiedade 12, 13, 15, 21, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 286, 287, 289, 290, 303, 304, 308, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 320

Antissocial 164, 165, 167

Apoio Social 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 53, 193, 299

B

Bem-Estar 7, 8, 77, 83, 101, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 151, 171, 184, 185, 235

C

Controle esfinteriano 104, 106, 110, 111, 119, 121, 124

Criança 6, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 217, 227, 228, 275, 278, 279, 280, 281, 283

Crime 48, 166, 167, 174, 178, 181, 200

Cromoterapia 311, 312, 313, 314, 317, 318, 319, 320

Cuidador 59, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

D

Desenvolvimento Infantil 14, 65, 67, 68, 69, 72, 104, 105, 106, 110, 126, 127, 128, 208

Desenvolvimento Moral 75, 76, 77, 84

Desenvolvimento Motor 64, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 110

Diagnóstico 14, 54, 95, 102, 197, 198, 199, 200, 204, 206, 207, 209, 212, 213, 215, 216, 219, 220, 226, 227, 228, 230, 231

E

Emoções 1, 8, 12, 22, 89, 90, 93, 101, 140, 179, 229, 289, 290, 293, 294, 295, 298, 300, 303, 305, 312, 316

Envelhecimento 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Escola 14, 53, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 92, 93, 97, 128, 131, 152, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 214, 222, 227, 275, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 318

Escolarização 125, 283

Esquizofrenia 209, 210, 216, 217, 218

Esteatose hepática 245, 246, 248, 252

Estresse 8, 15, 21, 23, 62, 92, 96, 97, 147, 150, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 203, 205, 207, 208, 216, 218, 248, 286, 287, 289, 296, 303, 312, 316

F

Frutose 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253

G

Gestação 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 65

I

Idoso 133, 134, 137, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 221

Inconsciente 217, 218, 220, 228, 257, 260, 264

Infância 20, 21, 22, 49, 62, 63, 64, 65, 68, 73, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 105, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 200, 207, 208, 214, 226, 231, 285

J

Justiça 21, 22, 23, 30, 55, 57, 58, 62, 77, 78, 79, 164, 168, 170, 173, 175, 212, 215

L

Ludicidade 125, 126, 127, 128, 129, 130

M

Memória Coletiva 170, 175, 179

Mindfulness 40, 43, 99, 101, 103, 187, 193, 194, 196, 286, 287, 288, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 308, 309

N

Neuropsicopedagogia 64, 321

O

Obesidade 2, 201, 245, 247, 249, 250, 253, 254

P

Psicanálise 105, 209, 218, 220, 257, 321

Psicologia Histórico Cultural 125, 129

Psicologia Jurídica 49, 53, 55, 57, 61, 62, 63

Psicologia Social 133, 170, 177, 179, 180, 285, 307

Psicopedagogia 145, 197, 199, 204, 205, 207, 220

Psicossomática 183, 185, 195

Psiquiatria 14, 95, 102, 169, 204, 209, 210, 212, 213, 215, 220, 221, 230, 305, 307, 310

Q

Qualidade de vida 6, 7, 9, 13, 15, 16, 73, 132, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 158, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 218, 224, 230, 303, 312

R

Racismo 153, 155, 156, 158, 159, 162, 240, 243

S

Saúde 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 24, 30, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 78, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 103, 106, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 169, 171, 174, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 230, 231, 245, 251, 252, 306, 313, 318, 319, 321

Saúde Mental 1, 13, 96, 152, 174, 187, 188, 194, 196, 198, 199, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 230

Simbólico 12, 128, 130, 214, 262, 263, 264, 265, 266, 270, 271, 279, 283

Subjetividade 135, 136, 138, 140, 170, 176, 177, 182, 216

Suicídio 192, 211, 215, 219, 229, 287, 288, 294, 299, 300, 301, 302, 305, 306, 307, 308, 309, 310

T

Tecnologia da Informação 276

Terapia Cognitivo Comportamental 286, 287, 288, 293, 302, 304, 306

Terapias Alternativas 311, 312, 317, 318, 320

Transtorno de Personalidade 164, 165, 167, 294, 306, 307

 **Atena**
Editora

2 0 2 0